

O AUDIOVISUAL NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: REFLEXÕES DE JOVENS RURAIS

Bruno Lacerra de Souza¹
Claudia da Costa Salgado²
Mirian Lourenção Simonetti³
Paula Silva de Moraes Melo⁴
Silvia Aparecida de Souza Fernandes⁵
Thaylize Goes Nunes Pereira⁶

RESUMO

O objetivo de nosso trabalho é retratar a história recente dos sujeitos dos Assentamentos de Reforma Agrária e debater como a juventude convive, constrói e reconstrói a realidade dos assentamentos. A partir de nossas pesquisas percebemos que esta juventude necessitava de novos meios de expressão e de convivência para dialogar e trocar experiências sobre questões como a luta pela terra, como é viver hoje em um assentamento rural e como se dão as relações familiares no campo brasileiro. Percebemos também que, no campo das ciências sociais no Brasil, possuímos uma forte tendência por parte dos pesquisadores em formular teorias buscando traduzir e explicar uma determinada realidade sem levar em conta as opiniões e as falas dos sujeitos que vivem em seus territórios e são agentes dos fenômenos estudados.

Como contracorrente desta tendência, elaboramos um projeto de vivência junto à Juventude Rural do Assentamento Reunidas localizado na cidade de Promissão, Estado de São Paulo - Brasil, utilizando o Audiovisual como linguagem para expressar as opiniões e as experiências de vida desses jovens. Realizaremos nos anos de 2015 e 2016 oficinas e cursos temáticos para o desenvolvimento e produção de filmes, curta metragem e fotografia, resgatando também através dessas atividades a história e a memória do assentamento, de seus familiares, da luta pela terra. Além de formativas, as atividades visam documentar a história do assentamento tendo como protagonistas seus próprios sujeitos.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Sociologia (PPGS) na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Bolsista de Extensão no País B, CNPq. bruno_lacerra@hotmail.com

² Graduada em Antropologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Marília. Bolsista de Extensão. claudiasalgadocosta@hotmail.com

³ Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília e São Paulo. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Coordena o Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) da UNESP/Marília/SP/Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América e Caribe/IPPRI/UNESP Bolsista Produtividade 2 CNPq. mirian@marilia.unesp.br

⁴ Fotógrafa e Artista Visual, Graduanda em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Marília. Bolsista de Extensão. paulasmmello@gmail.com

⁵ Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília e São Paulo. Doutora em Sociologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América e Caribe/IPPRI/UNESP Bolsista de Extensão no País B, CNPq. silvia.sfernandes@marilia.unesp.br

⁶ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP) campus de Marília. Bolsista de Extensão no País B, CNPq. thaylize@hotmail.com

Palavras chave: Juventude Rural; Assentamentos Rurais; Audiovisual; Educação do Campo

INTRODUÇÃO

Primeiramente queremos destacar que as reflexões aqui mencionadas são consequência de um ciclo de 28 anos de estudos, no âmbito do Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias e Ambientais - CPEA, localizado na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Campus de Marília/SP - Brasil, voltados à análise dos movimentos sociais e assentamentos rurais instalados no Estado de São Paulo. Neste período, temos nos defrontado com situações paradoxais que nos mostram que os assentamentos comportam processos sociais que devem ser investigados em sua complexidade e assessorados para a produção de novas alternativas de gestão e de formação.

Ao pensarmos no audiovisual enquanto metodologia e linguagem para a expressão das problemáticas relacionadas à Juventude Rural no Brasil nos preocupamos também com as questões gerais vinculadas e ligadas à reprodução social dos assentamentos de reforma agrária, tendo em vista que já se passaram 29 anos do I Plano Nacional de Reforma Agrária, a partir do qual ocorreram as primeiras demarcações de lotes de reforma agrária, dos quais seus primeiros ocupantes, que construíram, participaram da luta pela terra, plantaram, colheram e gerenciaram as dinâmicas econômicas e políticas, estão agora chegando ao período de sua velhice, não podendo mais executar seus papéis da mesma forma com que protagonizavam outrora.

A discussão acerca da sucessão geracional da família camponesa é prioritária para a continuidade dos movimentos sociais camponeses e de assentados, para a continuidade da reforma agrária e para a democratização da terra, pois não se trata apenas de sucessão da posse das propriedades agrícolas, mas trata também da reposição de lideranças e de dirigentes em todas as instâncias dos movimentos sociais, trata também da reposição da força de trabalho em assentamentos com grande tempo de ocupação, nos quais os assentados então passando por um processo de envelhecimento; reposição essa que a luta pela terra e a reforma agrária exigem.

Ao aprofundarmos-nos nos temas de estudos relativos à reprodução social nos assentamentos de reforma agrária nos deparamos com a discussão sobre a Juventude e percebemos que ela é considerada questão chave para o desenvolvimento do campo por ser considerada o “*sujeito*” proeminente para que a reprodução social se efetive - consequentemente ela é o objeto central de nosso recorte. Para a compreensão da problemática da sucessão geracional dos camponeses integrantes de assentamentos de reforma agrária no Brasil, é tido como referência o conceito de “Reprodução Social”, que de acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1974), é “o processo social pelo qual as culturas são reproduzidas através de gerações”. Bourdieu aplicou esse conceito principalmente ao avaliar a maneira como instituições sociais são usadas para transmitir ideias culturais que servem de base e dão respaldo à posição privilegiada das classes dominantes ou governantes.

A reprodução social não consiste apenas na repetição da cultura atualmente existente, mas também na manutenção da própria estrutura social e do sistema de estatutos e papéis sociais existentes num dado momento. Portanto, os agentes de socialização, ao promoverem a aprendizagem da cultura de uma sociedade e a integração do indivíduo na sociedade e em grupos sociais específicos, promovem simultaneamente a reprodução da

estrutura social existente num dado momento. Quando se observa que os assentamentos, em sua maioria, foram conquistas políticas decorrentes de movimentos sociais, o problema da reprodução social se torna ainda mais acentuado; pois como para Simonetti (2013) a sucessão geracional nos lotes de reforma agrária é um problema na medida em que as gerações originais devem ser sucedidas pelas novas, tendo em vista que os lotes que compõem os assentamentos somente podem ser legalmente transferidos mediante sucessão hereditária, a herança. Essa demanda ocorre em um contexto em que os jovens criam diferentes estratégias para migrar para as cidades, e é nesse ponto que nos perguntamos, como é possível manter trabalhando no campo e dar consecução aos projetos e lotes dos assentamentos, jovens que cada vez mais possuem formação educacional e experiências profissionais urbanas?

Portanto consideramos como Castro (2005), que a discussão sobre questão da juventude torna-se então a principal questão política para os movimentos sociais e para a reforma agrária, na medida em que esses sujeitos reivindicam direitos sociais e estão se constituindo enquanto movimento, ganhando representatividade e força política.

Para Castro *et al* (2009), existe um claro interesse da produção científica na área do “conhecimento humano” voltado para a manutenção e o desenvolvimento de uma juventude urbana (criação de políticas públicas, programas sociais, acesso à escola e etc.), deixando de lado sujeitos que pertencem a outras estruturas e diferentes sistemas de estatutos e papéis sociais, em um país em que 26%⁷ da população total, ou seja, aproximadamente 46 milhões de brasileiros, ainda moram no campo. Dessa população de 46 milhões cerca de um terço é constituída por jovens, que se encontram no corte etário (15-24 anos) adotado pelos organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esse tipo de recorte busca homogeneizar o conceito de juventude a partir de limites mínimos e máximos de idade, respaldando-se em uma compreensão de que a juventude é um momento de transição da adolescência para o mundo adulto, porém essa compreensão tem sido amplamente questionada e discutida. Para Levi e Schmitt (1996), por exemplo, esse tipo de classificação só pode ser considerada em uma perspectiva histórica de longa duração e, portanto, é transitória.

Embora seja considerado um tema marginal, desde o final do século XX e do início do século XXI presenciamos um aumento no debate sobre a juventude num contexto nacional e internacional, principalmente no debate das ciências sociais⁸. As principais temáticas reforçam as compreensões machistas e as relações de poder da hierarquia social ao conceber a juventude, como mencionado anteriormente, enquanto um período de transição entre a adolescência e a vida adulta. Essa compreensão se baseia em formulações que estipulam padrões comportamentais para os jovens e buscam demonstrar como esses padrões são transitórios. Essas compreensões de recorte etário aparecem principalmente em pesquisas da década de 1960 e serve como facilitadora para análises estatísticas relacionadas principalmente a entrada no mercado de trabalho, ao atendimento de saúde e a formação educacional; para Thévenot (1979) o uso de termos como *jovem* e *velho* é arbitrário, pois parte de uma definição de juventude construída *a priori* e pretende somente elencar os sujeitos ativos e inativos em relação ao mundo do trabalho. Margulis, M. & Urresti, M. (1996) apontam que a categoria também aparece ligada a adjetivos de

⁷ Dados obtidos do censo de 2010 a partir do site do IBGE:

<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1766>

⁸ Ver: Britto, 1968; Thévenot, 1979; Bourdieu, 1983; Margulis, M. & Urresti, M., 1996; Levi e Schmitt L., 1996; Peralva e Sposito, 1997; Foracchi, 1972; Novaes, 1996, 1998.

vanguarda, transformadora, questionadora o que sugere que a juventude é considerada um sujeito com potencial transformador, mas que por outro lado também está associada adjetivos, segundo Foracchi (1972), como *em formação, inexperiente, sensível*. Embora apareçam recortes etários, geracionais e comportamentais - partindo de contextos históricos, o ponto de partida de todas essas perspectivas é segundo Bourdieu (1983) uma categoria pré-construída e genérica, buscando a consolidação de um objeto e conceito que possa ser um paradigma. Essas perspectivas reforçam a concepção de juventude enquanto momento de transição e incapaz de produzir sua própria cultura, o que segundo Amit-Talai e Wulff (1995) limita o conceito enquanto objeto de análise. Castro (2005) sustenta que a juventude é pouco levada a sério e tratada como *adultos em potencial*, fator que possui implicações desde a dificuldade de se conseguir o primeiro emprego e deslegitimar a sua participação em espaços de decisão.

Para Bourdieu (1983) as fronteiras entre a juventude e a velhice são objetos de disputa em todas as sociedades e o que marca a sua definição são as relações de dominação e de hierarquia que estruturam as posições sociais. Assim, a categoria juventude é somente uma palavra se desprovida das relações sociais pelas quais ganha significado. Para o autor, classificar é ordenar e impor limites, portanto, existem relações sociais de poder e de dominação por detrás da construção de um conceito.

Esses questionamentos sugerem a necessidade de buscar novas formas de dessubstancializar essa categoria, desconstruindo-a e demonstrando a sua representação social, o que, segundo Stolcke (2006) leva em conta as diferentes visões sobre os jovens (como demarcam suas posições sociais, seu posicionamento na família) somando-se as dimensões históricas e estruturais. Para Honwana e Boek (2005) as juventudes comungam de um mesmo processo histórico e cultural e uma identidade relativa ao lugar que ocupam na sociedade, mas vivenciam a juventude de formas distintas, pois variáveis de *gênero, etnicidade, religião, classe, responsabilidade e expectativas* condicionam a definição de quem é visto, considerado ou considera-se jovem.

Em termos brasileiros, Novaes (1998), nos mostra que para além dos cortes etários, falamos agora de *“juventudes”*, olhar mais amplo e que foge da tentativa de universalizar o que é particular e ao mesmo tempo diverso. Ao pensarmos em *“juventude, educação e lazer”* - atributos constantemente estudados por diversas perspectivas teóricas - como atributos inerentes à categoria pensamos, segundo Abramo (1997), em um processo de formação de quem ainda não está inserido no mercado de trabalho e conseqüentemente retiramos da análise os jovens da classe trabalhadora que já ingressaram no mercado de trabalho. Para Castro (2005) essa é uma importante contribuição para percebermos a juventude enquanto uma construção social.

Nilson Weisheimer (2005) realizou um levantamento da produção bibliográfica sobre o tema da juventude rural no Brasil e concluiu que as questões da *“migração”* e da *“invisibilidade”* são as mais presentes nos estudos. Weisheimer apontou também que as abordagens caminham no sentido de ações (políticas públicas/ ações dos movimentos sociais) que *“impeçam”* a juventude de completar o seu *“destino”*, a migração do campo para a cidade e evitar o conseqüente fim do meio rural e da agricultura familiar.

Para Maria Nazareth Wanderley (2007) a categoria Juventude Rural não acompanha há muito tempo o debate acadêmico, não é uma categoria alvo de discussão e nunca foi um tema privilegiado nem mesmo dentro do campo de debate sobre questão agrária. Para Wanderley (2007) a categoria deve ser pensada então em um duplo enquadramento, enquanto *jovens e rurais*, de um lado essa juventude enfrenta os preconceitos do imaginário urbano acerca do mundo rural, são associados ao *atraso*, ao

arcaico, ao caipira preguiçoso, do outro lado, na relação com os pais enfrentam o preconceito por serem muito urbanos. Essas relações revelam uma condição de subalternidade desses jovens que são percebidos como inferiores, seja nas suas relações na cidade, seja nas suas relações familiares e nas relações com a comunidade formada pelos outros lotes. Como reforço dessa condição ainda é marcante o contexto nacional das condições econômicas e sociais para os pequenos agricultores.

Ao realizar um balanço acerca da temática da migração da juventude rural no Brasil, Brumer (2007) identificou duas variáveis, os atrativos da cidade e do novo ambiente e os aspectos negativos do lugar de origem. Os aspectos negativos estariam ligados à maneira como ocorre a divisão do trabalho nas unidades rurais de produção expressados pelas relações de hierarquia e de conflitos geracionais, em muitos casos a saída dos jovens é entendida como expressão de seus questionamentos sobre o mundo rural (Stropasolas, 2006). Compreender como a juventude constrói e ressignifica suas representações sobre o rural e o urbano tem sido a grande tarefa das atuais pesquisas, as quais lidam ao mesmo tempo com a desvalorização do campo (lugar atrasado, desinteressante) e em outros processos com a valorização do campo (local seguro, local da luta pela terra e não mais somente local de trabalho). Uma pequena parcela das pesquisas trata da participação política desses jovens, sendo que as únicas referências estão ligadas aos jovens dos assentamentos rurais. Para Andrade (1998) a especificidade dos assentados consiste no saber social diferenciado e elaborado a partir da vivência política da luta pela terra, isso implica também na formação de jovens militantes nas organizações camponesas. Ser militante destaca-se também como uma forma de acesso a determinados bens culturais (viagens, cursos, palestras, encontros, leitura, filmes...), o que promove uma diferenciação entre o jovem militante e os demais jovens assentados e acampados (Scopinho, 2013). Mesmo com o engajamento político de grande parte dos jovens no processo de reforma agrária, os pesquisadores identificaram uma baixa inserção nas atividades agrícolas e nas instâncias políticas (coordenações e associações), para Castro, E. G. (2005) esses jovens mudaram de atuação em relação ao período do acampamento ficando restritos aos afazeres domésticos; antes eram atores participativos e agora pouco se envolvem com os desafios que os lotes proporcionam. Isso demonstra segundo Castro *et al* (2009) uma distância entre os processos dos movimentos sociais, dos atores governamentais e organizações não governamentais (ONGs) da realidade vivida nos assentamentos. A pesquisa citada anteriormente também elencou as principais construções sociais sobre a categoria jovem rural presente nos trabalhos acadêmicos desde 1985. As autoras demonstram a clara emergência e expressão da Juventude Rural enquanto ator político presente no cenário nacional seja nos movimentos sindicais, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), nos movimentos sociais que são parte da via camponesa, MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e também na Pastoral da Juventude Rural (PJR) movimento consolidado desde 1983.

Essas organizações apresentam demandas sociais e são reveladoras para entendermos as formas pelas quais os jovens se veem no processo de construção da realidade social brasileira. Questões como acesso à terra, educação, uso dos transgênicos, agroecologia, soberania alimentar, modelo agropecuário, agronegócio, crédito especial para a juventude, agricultura camponesa e política camponesa, estão presentes nas agendas de discussão e nos congressos realizados pelos coletivos e juventude e

demonstram o grau de profundidade de discussão e de inserção desses coletivos na produção de conhecimento.

Esses coletivos de juventude passaram a exercer nesse período grande força política através de suas reivindicações fazendo com que o Estado criasse programas para atender essas demandas. Para Castro *et al* (2009), não é possível afirmar se existe um direcionamento claro quanto a uma política de Estado voltada para a juventude rural nas últimas décadas, mas é possível constatar que a juventude rural como público alvo de políticas públicas não tem sido priorizada nos ministérios e seus programas, porém a intensificação de programas a partir de 2003 pode ser um indicativo de mudança de cenário (Castro *et al*, 2009). Os primeiros programas estão datados de 1990, sendo o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o que possui maior visibilidade e tem a juventude rural como público alvo. A partir de 2003 percebemos um aumento de programas concentrados na esfera da educação e também de crédito rural. Estão concentrados primeiramente no ministério do desenvolvimento agrário (MDA) e seguidos pelo Ministério Agrário (MA), Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Castro *et al*, 2009).

Ao analisarmos a bibliografia sobre Juventude Rural percebemos as diversas temáticas que estão ligadas a ela, como as políticas públicas, educação, êxodo rural, reprodução social e etc., demonstrando a consolidação dessa categoria enquanto objeto de estudos, contribuição que este trabalho pretender reforçar ainda mais. Nesse universo de pesquisas, o nosso projeto tem como foco de investigação a relação dos jovens assentados com o movimento de saída ou de permanência nos assentamentos de reforma agrária, o que será trabalhado com os jovens através de oficinas culturais de produção de áudio e vídeo e que contenham questões relativas aos fatores que contribuíram para a sua permanência na área rural, bem como os fatores que exercem maior atração para a sua migração para as áreas urbanas.

Nesse sentido buscamos entender a dimensão socioterritorial do universo desse jovem que, mesmo tendo como possibilidade da permanência no campo, não encontra fatores como tempo de lazer, remuneração compatível e prestígio que o incentivem. Para Fernandes (2005) as formas de organização, as relações e as ações sociais acontecem no espaço, elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, cultural etc. Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise da atual condição da Juventude Rural, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental registramos a criação de espaços produzidos ou construídos por esses jovens. Podemos observar esse tipo de análise em Scopinho (2013) que resgatou relatos de jovens vindos das periferias urbanas marginalizadas e controladas pelo crime, encontrando nos assentamentos um local seguro para morar; e que mesmo com as graves deficiências de infraestrutura e de serviços, morar nesses assentamentos foi o que de melhor a reforma agrária trouxe para eles. A autora afirma que “ao contrário do que dizem as cartilhas dos movimentos sociais e os documentos governamentais, cidade e campo não são mundo dicotômicos e os jovens têm sido capazes de explorar cada um deles do modo conveniente” (Scopinho, 2013, p. 14). A juventude rural figura no movimento campo-cidade para além do tradicional êxodo rural, esses jovens seriam como “andorinhas” que, nas palavras da autora, “é aquele que vai e vem no percurso assentamento-cidade-assentamento em busca de trabalho e moradia, onde houver um jeito melhor para sobreviver” (Scopinho, 2013, p. 18).

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Após realizadas pesquisas de campo no Assentamento Reunidas, relativas às atividades do *Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais – CPEA* (instituição que tem tradição de pesquisa em consequência de um ciclo de 26 anos de estudos, voltados à análise dos movimentos sociais e assentamentos rurais instalados no Estado de São Paulo, localizado na FFC da UNESP, Campus de Marília/SP) percebemos que existiam problemas indicados por parte dos jovens neste assentamento, como a falta de um espaço de sociabilidade, um espaço onde pudessem praticar exercícios, acessar a internet, encontrar os amigos de outros lotes e realizar festas no final de semana. Ou seja, dentre os diversos fatores apontados pela juventude rural como impeditivos ou desestimuladores para a sua permanência no assentamento mostraram-se candentes os itens relativos a projetos culturais, artísticos e de comunicação, que possam fornecer a essa juventude a noção de pertencimento a comunidade, a integração entre os diversos jovens e também a capacitação profissional através de projetos sociais.

Para todos aqueles que estudam e pesquisam temas sobre a questão agrária brasileira, a juventude vem se colocando como sujeito crucial para a reprodução social, consolidação e continuação dos projetos de reforma agrária e dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Desta forma, diante da péfria distribuição de terras e o apoio incondicional às grandes empresas do campo (agronegócio) pelo governo federal, e da falta de investimentos nos assentamentos de reforma agrária principalmente ao que tange ao acesso dos jovens a crédito, educação, lazer e esporte é importante que criemos projetos e políticas públicas que possam assessorar esses sujeitos e suprir essas necessidades.

Nesse sentido desenvolvemos o projeto “Cinema, Juventude e Ruralidades” que contribui na área de Comunicação, Projetos Artísticos e Culturais em comunidades de assentamentos rurais promovendo atividades culturais e de caráter político pedagógico, como instrumento de capacitação profissional para jovens assentados. A proposta é oferecer a juventude rural do Assentamento Reunidas localizado na cidade de Promissão, Estado de São Paulo, oficinas e cursos temáticos para o desenvolvimento e produção de filmes, curta metragem e fotografia, resgatando também através dessas atividades a história e a memória do assentamento, de seus familiares, da luta pela terra; além de formativas, as atividades visam documentar a história do assentamento tendo como protagonistas seus próprios sujeitos.

O projeto de capacitação profissional e extensão tecnológica em audiovisual é oferecido para 20 jovens assentados e será realizado ao longo de dois anos, entre os anos de 2015 e 2016. Nossa proposta de oficinas para o curso "Cinema, Juventude e Ruralidades" envolve uma prática pedagógica inspirada pela educação popular para o trabalho de formação em multimeios. Nesse sentido, achamos válido trabalharmos a partir de uma lista de temas mais como uma proposta possível do que um cronograma linear. Nosso processo pedagógico incorpora os temas e conteúdos no decurso dos encontros e a partir do debate e amadurecimento das relações entre a equipe de professores e os participantes. A partir dos argumentos dos participantes propusemos exercícios de produção audiovisual desde o início do desenvolvimento do processo, delineando o que é um roteiro, um roteiro de edição, uma pauta de gravação, etc - elementos de pré-produção, produção e pós-produção. Seguem elencados alguns temas que estão sendo abordados no curso (não necessariamente nessa ordem):

1. Apresentação da equipe, do curso e sua proposta política e metodológica;
2. Audiovisual e movimentos sociais;
3. História do cinema;
4. Linguagem audiovisual 1: plano, cena, sequência;
5. Linguagem audiovisual 2: tipos de imagem, tipos de áudio e tipos de edição;
6. Linguagem audiovisual 3: composição de imagem, movimento de câmera, som e luz;
7. Narrativas e voz no documentário: algumas das inúmeras maneiras de se contar uma história;
8. Projeto audiovisual: pesquisa, tema e roteiro;
9. Etapas de uma produção audiovisual: pré-produção, produção e pós-produção;
10. Interseções e contrastes entre ficção e documentário
11. Ética e estética no documentário;
12. Funções da equipe;
13. Aula prática de manipulação do equipamento técnico (atividade que acontecerá do começo ao fim);
14. Aula prática de entrevista;
15. Captura, decupagem e transcrição;
16. Roteiro de edição;
17. Aula prática de manipulação de software de edição (atividade que acontecerá do começo ao fim);
18. Finalização e autoração de DVD;
19. Distribuição e exibição.

O curso é realizado em 10 módulos de oficinas e cursos de formação na área audiovisual, totalizando 520 horas. Do total de horas, 180 horas serão dedicadas para o tempo comunidade (metodologia da pedagogia da alternância), no qual os alunos terão a oportunidade de trabalhar com os textos fornecidos nas oficinas, desenvolverão e coletarão os materiais audiovisuais. Cada módulo terá uma duração de 34 horas de tempo escola (uma média de 4 dias de encontro em cada módulo). Aprofundaremos de forma expositiva, também através de materiais complementares e utilizando os meios audiovisuais os temas apresentados anteriormente. Os conteúdos temáticos estão sendo trabalhados a partir da relação dialógica entre a equipe e os jovens, de modo que as dinâmicas de grupo componham o repertório metodológico da equipe permitindo, ao mesmo tempo, a participação da turma e a práxis necessária à construção das formas adequadas (crioulas) de produção audiovisual. Isso exige que elementos da Educação Midiática sejam abordados, principalmente através da exibição de mídias seguida de debate, realizando análises fílmicas que possam subsidiar a realização de exercícios de produção audiovisual no decorrer do curso.

Os alunos aprenderão as técnicas necessárias para realizar uma fotografia, tais como enquadramento e iluminação, além do manuseio de câmeras DSLR, aprenderão a desenvolver um Roteiro, no qual irão ampliar os conhecimentos e a prática no processo de escrever uma história para cinema, aprenderão a dirigir um filme no qual apresentaremos o universo que compõe a realização de um filme e aspectos como narrativa, enquadramento, mise-en-scène, aprenderão à produzir para o Cinema, apresentaremos a forma de elaboração de todo planejamento de um filme, desde o orçamento até a pós-produção, trabalharemos com a Direção de Arte que irá introduzir e apresentar os aspectos de composição física e visual de filmes de ficção, além da compreensão do papel e abrangência da direção de arte, trabalharemos com a Direção de

Fotografia na qual os alunos aprenderão como iluminar uma cena adequadamente de acordo com a proposta do filme, com Montagem na qual os alunos aprenderão a manipular um programa de edição de imagens com a finalidade de conclusão de um trabalho audiovisual, com a Continuidade no qual aprenderão a controlar o uso de todos os objetos de cena para que não haja possíveis problemas de continuidade dos filmes e com o Documentário no qual aprenderão a elaborar um roteiro para a realização de entrevistas, além de um aprofundamento teórico do conceito de documentário na atualidade; nesta etapa - a mais importante – os jovens elaborarão em conjunto com os pesquisadores da universidade um roteiro de entrevistas que possa retratar as questões relativas à reprodução social e a vivência da juventude nos assentamentos.

Até agora tivemos 11 encontros com a Turma “Luiz Beltrame”, nome eleito pela própria turma em homenagem à um Assentado referência no Assentamento. No primeiro momento, foi apresentado o curso, cadastrados os bolsistas e iniciada nossa conversa acerca da identidade camponesa e a sua relação com os assentamentos de reforma agrária. Os alunos produziram um pequeno texto sobre as expectativas em relação ao curso e também relatando um pouco sobre sua história.

Figura 1: Primeiro encontro com a Turma



Fonte: Turma Luiz Beltrame, 2015.

Em seguida, trouxemos a palestrante Prof^a Dr^a Célia Tolentino - especialista sobre o “rural no cinema brasileiro” - com um debate sobre o curta-metragem “Getulina, meu amor”, abordando questões sobre a construção de um documentário, montagem das cenas, os conteúdos de denúncia e a intencionalidade das produções. Realizamos também a projeção de fotografias trazidas pelos alunos e a análise direcionada das mesmas,

buscando analisar a textura, a profundidade, a posição do fotógrafo, o enquadramento e a luminosidade.

Figura 2: Aula Profa. Célia



Fonte: Turma Luiz Beltrame, 2015.

No encontro seguinte, realizamos um debate acerca do “falso documentário” Recife Frio (2009) dirigido por Kleber Mendonça Filho que busca persuadir o telespectador a acreditar numa mudança climática repentina ocorrida no ano de 1998, na capital de Pernambuco, Recife. Trabalhamos com a ideia acerca da tênue fronteira entre documentário e ficção e como o argumento se coloca enquanto ideia central norteadora de uma história. Foi realizada também a sistematização do argumento das histórias pessoais de cada jovem, o início da criação de um argumento/roteiro e a socialização dos argumentos. Nesse momento da aula, a discussão foi direcionada a esclarecer as diferenças entre argumento (ideia inicial do filme) e roteiro (detalhamento de cada cena, o desenvolvimento da história).

Figura 3: Projeção em um de nossos encontros



Fonte: Turma Luiz Beltrame, 2015.

Em nosso próximo encontro realizamos uma aula expositiva sobre a história do cinema, perpassando pela origem do cinema, quais foram primeiros produtores: Muybridge e Mayer, qual foi a primeira projeção oficial: Irmãos Lumière, como se dava e como se dá o manuseio de aparatos óticos, quais mecanismos holográficos que geram a ilusão de movimento e realizamos a projeção do filme “Viagem à Lua”. Os alunos passaram para a parte prática e após uma instrução sobre como utilizar as câmeras profissionais, buscaram captar a partir de seus próprios referenciais imagens na escola e ao redor da comunidade na agrovila central.

Figura 4: Alunos na atividade com as Câmeras



Fonte: Turma Luiz Beltrame, 2015.

Figura 5: Foto 01 tirada por aluno na atividade



Fonte: Turma Luiz Beltrame, 2015.

Figura 6: Foto 02 tirada por aluno na atividade



Fonte: Turma Luiz Beltrame, 2015.

A partir da seleção de fotografias tiradas pelos Núcleos de Base, realizamos uma análise para a familiarização de conceitos e técnicas fotográficas, observando o Foco e desfoco das fotografias, Contraluz, Profundidade de campo, Composição de imagem, Rebatedor e difusor. Para conhecer o trabalho do CPEA e acompanhar o andamento do projeto “*Cinema, Juventude e Ruralidades*” acesse o nosso website:
<http://www.marilia.unesp.br/#!/cpea>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H.W. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*, in Peralva, A. e Sposito, M. (org.), *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de educação*, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.

AMIT, Talai e HELENA, Wulff. *Youth cultures: a cross-cultural perspective*. London; New York: Routledge, 1995.

ANDRADE, Márcia Regina de O. *A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra*. (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. 1998

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974

BOURDIEU, Pierre. *A Juventude é apenas uma palavra*. Em: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.

BRUMER, A. *A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade*, Em: Juventude Rural em perspectiva, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

CASTRO, Elisa. *Entre ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese doutorado. PPGAS. Museu Nacional. UFRJ. 2005.

CASTRO, E.G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S.L.F.; RODRIGUES, M.E.B. & CARVALHO, J.G. *Os jovens estão indo embora? Juventude Rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: MAUAD X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. Em: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16, Junho, 2005.

FORACCHI, M. M. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: EDUSP, 1972.

HONWANA, A., & BOECK, F. D., *Makers and Breakers: Children & Youth in Postcolonial Africa*, Dakar, CODESRIA, 2005.

LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens II: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARGULIS, M. *La Juventude es más que una plabra*, Buenos Aires: Biblos, 1996.

NOVAES, Regina R. *Juventude/ juventudes?* in Comunicações ISER, n.50, ano 17. RJ, 1998.

PERALVA, A. e SPOSITO, M. (org.) *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação*, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.

POKER, J. G. B. *A prática da vida e os desencontros da libertação*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - Departamento de Ciências Sociais, 1994.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. *Serei também uma andorinha? sobre as condições de inserção e permanência de jovens em assentamentos rurais*. In: SEVERI, F.C.; ANDRADE Jr., J.R.P de; SILVA, A.P.S. da. (Org.). *O agrário e o ambiental no século XXI*. 1ed. Curitiba-PR: Editora CRV, 2013, v. 1, p. 97-120.

SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. *Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida*. Marília: Laboratório Editorial, 2011.

STOLCKE, V. *O enigma das Interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX*. Em: Estudos feministas 14(1), p. 336, janeiro-abril, 2006.

STROPASOLAS, V. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro - SC*. Florianópolis: Ed. UFSC, UFSC.

THÉVENOT, L. “*Une Jeunesse difficile. Les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements*”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. N. 26-27, março-abril. pp. 3-18, 1979.

WANDERLEY, Maria Nazareth. *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*. Projeto de pesquisa (mimeo), 2003.

WEISHEIMER, N. *Estudos sobre os jovens rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico*. Brasília: Nead/MDA, 2005.